



Tendências da Contabilidade Contemporânea 2

 **Atena** Editora

Ano 2018

Atena Editora

Tendências da Contabilidade Contemporânea 2

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T291	Tendências da contabilidade contemporânea 2 [recurso eletrônico] / Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. 2.622 kbytes Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-85107-09-3 DOI 10.22533/at.ed.093183108 1. Empresas. 2. Contabilidade. I. Atena Editora. CDD 657
------	--

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CONTROLADORIA NA GESTÃO HOSPITALAR: UM ESTUDO EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PÚBLICO NO PARANÁ	
<i>Maico Schnell</i>	
<i>Roberto Francisco de Souza</i>	
<i>Delci Grapegia Dal Vesco</i>	
CAPÍTULO 2	20
A PERÍCIA ATUARIAL E O REAJUSTE POR FAIXA ETÁRIA EM PLANOS DE SAÚDE ANTERIOR AO ESTATUTO DO IDOSO	
<i>Idalberto José das Neves Júnior</i>	
<i>Ana Luiza Sallai</i>	
<i>Kátia Aparecida Alves Pacheco</i>	
<i>Marcelo Daia Barreto</i>	
CAPÍTULO 3	37
AS FUNÇÕES DE CONTROLADORIA EM ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS DIFERENCIADAS	
<i>Vanessa Fernanda Rios de Almeida</i>	
<i>Ederlei da Silva Miranda</i>	
<i>Juocerlee Tavares Guadalupe Pereira de Lima</i>	
<i>Ernani Marques de Almeida</i>	
CAPÍTULO 4	52
ANÁLISE DA EFETIVIDADE DAS TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA	
<i>Rodrigo Oliveira Miranda</i>	
<i>Lucas Gurgel Mota Saraiva</i>	
CAPÍTULO 5	69
CONTRIBUIÇÕES DO MÉTODO AHP PARA A GESTÃO DE RISCOS NO PLANEJAMENTO DA AUDITORIA	
<i>Sandro Augusto Martins Bittencourt</i>	
<i>Adriana Gabbi</i>	
<i>Renata Lúcia Basso</i>	
CAPÍTULO 6	87
CONVERGÊNCIA DAS NORMAS CONTÁBEIS: A DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	
<i>Israel Dal Ri</i>	
<i>Maria Ivanice Vendruscolo</i>	
<i>Ismael Paulo Heissler</i>	
CAPÍTULO 7	108
DETERMINANTES DE REAL EARNINGS MANAGEMENT: O CASO DAS EMPRESAS NÃO COTADAS EUROPEIAS	
<i>Cristina Gaió</i>	
<i>Tiago Gonçalves</i>	
<i>Ana Castelhana</i>	
<i>ISEG, Universidade de Lisboa</i>	
CAPÍTULO 8	129
FATORES DISCRIMINANTES ENTRE O ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL E OS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE ENERGIA E PAPEL E CELULOSE	
<i>Cleston Alexandre dos Santos</i>	
<i>Inês Francisca Neves Silva</i>	
<i>Marialva Tomio (In Memoriam)</i>	
CAPÍTULO 9	147
FATORES EXPLICATIVOS DA REDUÇÃO DE CUSTOS PÚBLICOS DOS PRODUTOS CONTRATADOS POR PREGÃO ELETRÔNICO NO MERCADO BRASILEIRO	
<i>Silvio Paula Ribeiro</i>	
<i>Clari Schuh</i>	

	<i>Clóvis Antônio Kronbauer</i>	
	<i>Viviane da Costa Freitag</i>	
CAPÍTULO 10		163
INFLUÊNCIA DA CRISE FINANCEIRA DE 2008 NO CONSERVADORISMO CONTÁBIL DAS EMPRESAS BRASILEIRAS		
	<i>Bradlei Ricardo Moretti</i>	
	<i>Bianca Cecon</i>	
	<i>Roberto Carlos Klann</i>	
CAPÍTULO 11		183
MODELO DECISÓRIO NO MERCADO FINANCEIRO:		
UM ESTUDO À LUZ DA TEORIA DOS PROSPECTOS E DA RACIONALIDADE LIMITADA		
	<i>Alex Diego Souza Queiroz</i>	
	<i>Joseílton Silveira da Rocha</i>	
	<i>Marília Oliveira dos Reis</i>	
CAPÍTULO 12		203
MOTIVOS DA NÃO SOLICITAÇÃO DE RESSARCIMENTO DO ICMS PELAS EMPRESAS		
	<i>Oderlene Vieira de Oliveira</i>	
	<i>Marcella Gonçalves Furtado</i>	
CAPÍTULO 13		216
PROPOSTA DE USO DE FILMES SOBRE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO CONTEXTO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS		
	<i>Wellington Silva Porto</i>	
	<i>Fernanda de Assis Dutra</i>	
	<i>Marco Túlio José de Barros Ribeiro</i>	
	<i>Umbelina Cravo Teixeira Lagioia</i>	
	<i>José Arilson de Souza</i>	
CAPÍTULO 14		242
SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA E ESTRATÉGIA:		
UMA ANÁLISE QUALITATIVA DE MODELOS DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO		
	<i>Solange Garcia</i>	
	<i>Fernanda Dandaro</i>	
CAPÍTULO 15		263
TARGET COSTING: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DE ARTIGOS PUBLICADOS ENTRE OS ANOS 2006 E 2015		
	<i>Laiane Silva Santos</i>	
	<i>Kleber da Silva Cajaíba</i>	
CAPÍTULO 16		279
TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL:		
UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA E SOCIOMÉTRICA DE PERIÓDICOS INTERNACIONAIS		
	<i>Juliano Francisco Baldissera</i>	
	<i>Clóvis Fiirst</i>	
	<i>Denis Dall Asta</i>	
	<i>Udo Strassburg</i>	
CAPÍTULO 17		300
TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA: APLICAÇÃO DA LAI NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL SOB A ABORDAGEM DA TEORIA CONTINGENCIAL		
	<i>Juliano Francisco Baldissera</i>	
	<i>Clóvis Fiirst</i>	
	<i>Ivan Rafael Defaveri</i>	
	<i>Everton Luiz Folador</i>	
SOBRE OS AUTORES		320

FATORES DISCRIMINANTES ENTRE O ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL E OS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE ENERGIA E PAPEL E CELULOSE

Cleston Alexandre dos Santos

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas

Três Lagoas – MS

Universidade Regional de Blumenau (FURB) – SC

Blumenau – SC

Inês Francisca Neves Silva

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas

Três Lagoas – MS

Marialva Tomio (In Memoriam)

Universidade Regional de Blumenau (FURB) – SC

RESUMO: Estudos têm relatado que as atenções de gestores e de investidores estão voltadas para a inclusão de abordagens ambientais nos planejamentos e atividades gerenciais das organizações, com foco para a evidência de práticas de sustentabilidade e desempenho econômico-financeiro das organizações. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo evidenciar os fatores discriminantes entre o índice de sustentabilidade empresarial e os indicadores econômico-financeiros das empresas brasileiras de energia e de papel e celulose. Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como descritivo, realizado por meio de análise documental e abordagem quantitativa. A amostra que foi composta de 61 empresas listadas na BM&FBovespa do setor

de Energia Elétrica e Papel e Celulose, por meio da Análise Discriminante revelou que as variáveis mais discriminantes dos grupos são: o ebitda (EBIT), tamanho (TAM) e o capital circulante líquido (CCL). De modo contrário, retorno sobre o patrimônio líquido (ROE), composição do endividamento (CE), retorno sobre o ativo (ROA), participação capital terceiro sobre recursos totais (PCT) e liquidez geral (LG) são as variáveis que tem menos força para discriminá-los, pois apresentam os maiores Lambdas de Wilks. Ainda foi constatado a existência de uma função, sendo que contribui para demonstrar as diferenças entre os grupos de empresas que não participam do ISE e empresas que participam do ISE, e a variável ebitda (EBIT) é a que apresenta mais destaque na função.

PALAVRAS-CHAVE: Fatores Discriminantes; ISE; Indicador Econômico-Financeiro.

1 | INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem predominado a tendência do interesse de investidores aplicarem seus recursos em organizações que sejam social e ambientalmente responsáveis. Como os recursos aplicados normalmente contemplam um período de médio e longo prazo, os investidores têm demonstrado preferências

por organizações voltadas às práticas de sustentabilidade, de tal forma que essas empresas possam ter condições de gerar e agregar valor ao longo dos anos, inclusive com capacidade de superação em períodos de instabilidade (MORAES et al., 2014).

Elkington (2012) destaca que as empresas têm como propósito alcançar a sustentabilidade nas dimensões econômica, social e ambiental, dessa forma, surge à preocupação sistêmica conhecida como *triple bottom line*. Nunes et al. (2010) evidenciam que a partir desse contexto, as organizações tornam-se mais cobradas pela sociedade, e assim, tornam-se necessárias algumas atitudes, como uma maior evidenciação dos relatórios de sustentabilidade para prestação de contas.

Na visão de Ponte e Oliveira (2004, p. 9), “as organizações podem aderir a diferentes formas de evidenciação, mas devem disponibilizar informações em quantidade e qualidade que possam atender às necessidades de todos os usuários das demonstrações contábeis”. E nesse sentido, há organizações que são mais cobradas na prestação de contas, pois atuam em áreas de maiores impactos ambientais, como por exemplo, organizações do setor de energia elétrica que tem uma grande representatividade e responsabilidade para a economia nacional, como também produzem um grande impacto ambiental (KPMG, 2011).

Outra área que movimenta de forma relevante a economia, mas também gera um grande impacto ambiental são as organizações que exploram papel e celulose. Torna-se evidente a necessidade de uma consciência ambiental, como também uma produção sustentável de florestas plantadas (MELO et al., 2012). Em se tratando de medidas voltadas para atenção na área ambiental do setor florestal, Melo et al. (2012) argumentam que é necessário ter atitudes tanto por parte do governo quanto de organizações, com a finalidade dar proteção às áreas de mananciais e reservatórios de água.

A implementação do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) nos mercados de capitais foi como uma motivação para a relação do bom desempenho empresarial com a adoção de práticas sustentáveis pelas organizações (BARBOSA, 2007). Ao relacionar o ISE e Desempenho Econômico-financeiro, Silva (2008) argumenta que a avaliação do desempenho econômico-financeiro, tem na análise das demonstrações contábeis das organizações a principal fonte de dados, cuja análise é considerada como um artefato de suporte à avaliação do desempenho de uma organização. Silva (2008) destaca ainda que a geração de informações contábeis confiáveis reduz a incerteza e a assimetria informacional. Com base nesse raciocínio, Melo et al. (2012) ressaltam que em situações que a organização apresenta indicadores econômicos-financeiros favoráveis, é maior a chance de uma empresa participar do ISE.

Diante do contexto analisado, surge a seguinte questão norteadora da pesquisa: **quais são os fatores discriminantes entre o índice de sustentabilidade empresarial e os indicadores econômico-financeiros das empresas brasileiras de energia e de papel e celulose?** Deste modo, o objetivo principal do presente trabalho é evidenciar os fatores discriminantes entre o índice de sustentabilidade empresarial e

os indicadores econômico-financeiros das empresas brasileiras de energia e de papel e celulose.

O campo acadêmico apresenta trabalhos que buscam evidenciar análises do ISE e desempenho econômico-financeiro das organizações, o que contribui para o entendimento sobre as organizações que estão comprometidas com a prática conjunta da sustentabilidade empresarial e gestão ambiental (HACKSTON; MILNE, 1996; REZENDE et al., 2008; NUNES et al., 2010; MELO et al., 2012; FAVARO; ROVER, 2014; FASOLIN et al., 2014; MORAES et al., 2014), e abre espaço para novos estudos, com novas evidenciações e percepções.

O presente trabalho está estruturado em quatro partes sendo esta a primeira, a segunda o referencial teórico, na terceira parte têm-se a metodologia da pesquisa, em seguida na quarta parte o resultado e análise dos dados, e por fim, as considerações finais.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Como forma de subsidiar a investigação de pesquisa proposta nesse estudo, inicialmente será discutido o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), na sequência, Desempenho Econômico-financeiro das Organizações, e por fim, Estudos Anteriores.

2.1 Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

A exigência por parte da sociedade e a relevância de práticas de sustentabilidade e responsabilidade social empresarial tem direcionado a atenção de gestores, como também de investidores para a inclusão de abordagens ambientais nos planejamentos e atividades gerenciais das organizações (MARCONDES; BACARJI, 2010; MELO et al., 2012). Os autores destacam que essa visibilidade, exigência e necessidade induziram os mercados a adotarem índices capazes de evidenciar o desempenho dessas organizações.

A partir da necessidade exposta acima, em 2005 a BM&FBovespa (2012) em conjunto o Instituto Ethos, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), desenvolveram o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). O ISE foi criado com financiamento do *International Finance Corporation* (IFC), tendo como finalidade ser um indicador do retorno de ações de organizações com comprometimento junto à responsabilidade social e sustentabilidade empresarial (BM&FBOVESPA, 2012).

Marcondes e Bacarji (2010) destacam que o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) foi considerado o quarto indicador de sustentabilidade criado no mundo e o primeiro na América Latina, sendo que para o desenvolvimento do ISE, foi feita uma parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação

Getúlio Vargas, que ficou responsável para desenvolver a metodologia aplicada ao indicador. Moraes et al. (2014, p.45) evidenciam que a missão do ISE é a de “induzir as organizações a adotarem as melhores práticas de sustentabilidade empresarial e apoiar os investidores na tomada de decisão de investimentos socialmente responsáveis”.

Para Marcondes e Bacarji (2010, p. 26), o ISE mensura “o retorno de uma carteira de ações de organizações que operam no Brasil, e que estão posicionadas entre as mais líquidas negociadas na BOVESPA, que se submetem voluntariamente a uma avaliação de desempenho”. A BM&FBovespa (2012) evidencia que o ISE é um índice que mede o retorno médio de uma carteira teórica, composta por ações de organizações que estão listadas na bolsa e que chamam a atenção pelos planos estratégicos voltados à sustentabilidade e práticas relacionadas.

A metodologia desenvolvida e aplicada ao ISE possibilita uma avaliação transversal (comparativa) junto ao desempenho das organizações em aspectos da sustentabilidade que contempla o equilíbrio ambiental, justiça social, eficiência econômica e a governança corporativa (MORAES et al., 2014). Vale destacar que as organizações com as melhores práticas em sustentabilidade, objetivam fazer uso do ISE como um instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável como referência (MARCONDES; BACARJI, 2010).

Para fins de classificação, de acordo com critérios do Conselho Deliberativo do Índice de Sustentabilidade Empresarial, são consideradas as organizações que possuem os papéis com melhor posicionamento em termos de responsabilidade social e sustentabilidade, sendo que tais critérios questionam (MORAES et al., 2014, p.45): i) a publicação de balanços sociais; ii) a natureza do produto; iii) a posição da empresa perante acordos globais; iv) a ausência de danos e riscos do produto para a saúde dos consumidores; v) critérios de governança corporativa.

O questionário do ISE utilizado para classificação das organizações tem sido aprimorado e revisado de forma constante quando da avaliação e reavaliação das organizações, com o propósito de atender as necessidades da sociedade (MORAES et al., 2014). Marcondes e Bacarji (2010) evidenciam que ao surgir o ISE, foi gerado um impacto positivo em torno da importância da sustentabilidade e das práticas de governança na observação dos investidores e sociedade. Como o ISE avalia as organizações por meio do questionário, a metodologia tem sido considerada como um instrumento de aprendizagem contínua para as organizações que buscam melhorar os resultados por meio de iniciativas, o que gera oportunidade de reflexão sobre as ações praticadas, e ainda, o instrumento gera confiabilidade e seriedade das práticas junto ao mercado e sociedade (MARCONDES; BACARJI, 2010).

Vários estudos sobre esse instrumento revelam os ganhos e benefícios que uma organização que participa da carteira pode conseguir. Esses ganhos podem considerados como tangíveis quando tratam de desempenho econômico-financeiro, por meio de indicadores de liquidez, de rentabilidade como o retorno sobre o ativo, investimentos e sobre o patrimônio líquido, e ainda, quanto aos indicadores

de endividamento. Podem também ser considerados como intangíveis, por meio da vantagem competitiva no mercado, reputação, como também o conhecimento (BM&FBOVESPA, 2012).

2.2 Desempenho Econômico-financeiro

Estudos recentes de âmbito nacional e internacional têm mostrado que a evidenciação de práticas de sustentabilidade e o desempenho econômico-financeiro das organizações são assuntos de grande repercussão e atenção (FASOLIN et al., 2014). Além das questões ambientais e sociais, tem-se o enfoque no desempenho econômico-financeiro, que segundo Helfert (2000, p.77) esse desempenho contempla “a medição das consequências financeiras e econômicas das decisões passadas de gestões que esquematizaram investimentos, operações e financiamentos ao longo do tempo”.

A atenção voltada à análise do desempenho das empresas tem sido considerada um aspecto que tem evidenciado a atuação das empresas no Brasil, como também no mundo. Silva Macedo e Corrar (2012) argumentam que para a sobrevivência e continuidade em prol de resultados positivos, a análise de desempenho econômico-financeiro torna-se primordial no ambiente globalizado e competitivo em que as organizações estão inseridas. Nessa perspectiva, as demonstrações contábeis possuem uma gama de informações em torno da situação econômico-financeira das organizações que são utilizadas para o processo decisório (MATARAZZO, 2010). E por meio da análise do desempenho econômico-financeiro, os gestores das organizações são capazes de controlar, comparar e corrigir o desempenho da empresa (SILVA MACEDO; CORRAR, 2012).

O desempenho organizacional pode ser caracterizado como a capacidade que a organização tem de atingir seus objetivos implantados no planejamento, o que faz surgir à demanda por indicadores que possibilitem o auxílio do nível de sucesso da gestão estratégica (FISCHMANN; ZILBER, 1999). Gitman (2010) evidencia que os indicadores econômicos- financeiros são divididos em índices de liquidez, de atividade, de endividamento e de lucratividade. Os índices de liquidez, atividade e lucratividade são relevantes para mensuração e análise da organização no curto prazo, já os de endividamento, tornam-se relevantes na análise a longo prazo (GITMAN, 2010).

Marion (2010) discorre que a situação econômico-financeira de uma empresa é observada por meio dos três pontos de análise: liquidez, rentabilidade e endividamento, conforme apresentado na Figura 1 - tripé da análise.

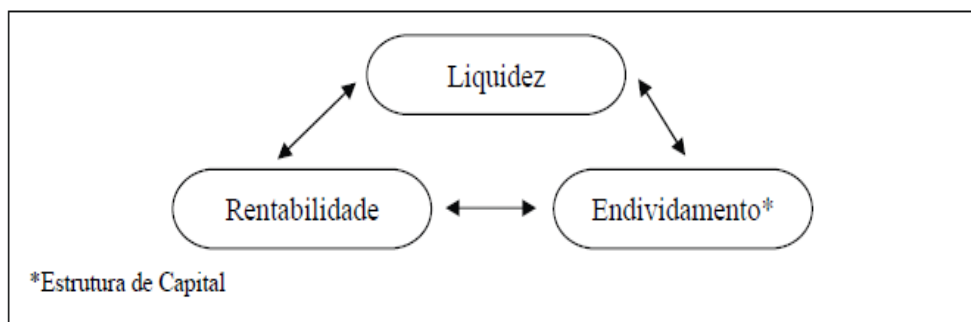


Figura 1 - Tripé da Análise

Fonte: Marion (2010).

A Figura 1 que apresenta o tripé de análise evidencia o equilíbrio entre os indicadores, que tem por finalidade entender a situação econômico-financeira da organização, como também possibilitar a avaliação da capacidade da empresa em honrar seus compromissos, o nível de endividamento em relação aos recursos próprios e de terceiros, como também o potencial de gerar resultados, entre outros (MARION, 2010). Portanto, os indicadores econômicos-financeiros são de extrema relevância para avaliação de uma organização e para utilização em decisões gerenciais de forma tempestiva, como também em comparação com dados históricos e por setor.

2.3 Estudos Anteriores

Estudos vêm sendo desenvolvidos, na intenção de analisar o ISE e o desempenho econômico-financeiro das organizações, em destaque pode-se citar Hackston e Milne (1996), Rezende et al. (2008), Nunes et al. (2010), Melo et al. (2012), Favaro e Rover (2014), Fasolin et al. (2014) e Moraes et al. (2014).

No estudo de Hackston e Milne (1996) os autores analisaram os determinantes da evidenciação social e ambiental das 50 maiores empresas da Nova Zelândia. Para o alcance do objetivo utilizaram variáveis como rentabilidade, tamanho e setor. Como resultado, os autores apontaram que o setor e o tamanho justificam o nível de evidenciação das empresas analisadas.

Rezende et al. (2008) desenvolveram uma pesquisa intitulada “Um estudo sobre o desempenho financeiro do índice Bovespa de sustentabilidade empresarial”, com o objetivo de investigar se o retorno do índice de sustentabilidade empresarial é semelhante aos índices de ações convencionais da Bovespa. Os achados mostram que apesar de o ISE ter uma carteira teórica diferenciada, relacionada ao tema social, ambiental e ético, contempla um retorno similar aos índices de ações convencionais.

No estudo de Nunes et al. (2010) que objetivou investigar as variáveis que influenciam a adesão das empresas ao Índice Bovespa de Sustentabilidade Empresarial (ISE), utilizou o modelo logit de regressão linear múltipla para mensurar a contribuição de cada variável na possibilidade de aderir ao ISE. Como achados, foi constatado que o tamanho e o setor de atividade das organizações são determinantes que influenciam para a adesão das organizações ao ISE. Os resultados apontaram

ainda que as variáveis: localização, concentração acionária, ser emissora de ADR e ser de propriedade estatal, não demonstraram relação de influência para a inclusão das empresas ao ISE.

Melo et al. (2012), por meio da utilização de um modelo de regressão logística que contempla como variáveis explicativas, diferentes indicadores financeiros de 20 empresas do ramo florestal de 2010, encontraram que indicadores de desempenho financeiro como liquidez corrente e ebitda exercem influência positiva para uma organização produtora de papel e celulose fazer parte do ISE.

Favaro e Rover (2014) objetivaram identificar os indicadores econômico-financeiros das empresas que estão associados à sua entrada no ISE. Com a utilização da técnica de Análise de Correspondência (ANACOR) e a Análise de Homogeneidade (HOMALS), o estudo revelou os seguintes indicadores associados à entrada das empresas no ISE: tamanho do ativo, valor de mercado, receita e lucro.

Com base em uma amostra composta por 31 empresas que enviaram seus relatórios de sustentabilidade do ano de 2010 para a Aneel e por meio da regressão linear múltipla, Fasolin et al. (2014) constaram que os indicadores econômico-financeiros tamanho, rentabilidade e endividamento das organizações geradoras e distribuidoras de energia elétrica brasileira não influenciam o nível de evidenciação das práticas de sustentabilidade.

Moraes et al. (2014) compararam a probabilidade de insolvência das empresas que compõem o ISE com a probabilidade de insolvência das demais organizações da BM&FBOVESPA. A amostra que foi composta de 585 empresas, no período de 2006 e 2011, por meio da regressão logística foi constatado que as organizações participantes do ISE têm menor probabilidade de *default* quando comparadas com suas correspondentes setoriais, tanto isoladamente quanto em conjunto.

3 | METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa está classificada em três categorias: a pesquisa quanto aos objetivos, quanto aos procedimentos e quanto à abordagem do problema. No que se refere aos objetivos, o estudo pode ser classificado na tipologia descritiva, pois tem como objetivo principal apresentar as características de determinadas populações ou fenômenos. De acordo com Cooper e Schindler (2003), a pesquisa tendo como objetivo principal evidenciar as características de determinadas populações ou fenômenos.

Com relação aos procedimentos, é utilizada pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica se caracteriza pela leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, com a finalidade de conhecer e fazer uso das diferentes contribuições científicas disponíveis sobre o tema. Já a pesquisa documental consiste na utilização de materiais com informações relevantes, sendo que ainda não recebeu tratamento analítico ou científico (COOPER; SCHINDLER, 2003). Por fim, na abordagem do problema, a pesquisa está classificada como quantitativa, pois utiliza meios estatísticos

para alcançar a precisão dos resultados e evitar distorções de análise e interpretação.

Na Tabela 1, consta a população e amostra do estudo, composta com base nas empresas listadas na BM&FBovespa do setor de Energia Elétrica e Papel e Celulose.

BM&FBovespa	População	% da População	Amostra	% da Amostra
Energia Elétrica	56	91,80%	56	91,80%
Papel e Celulose	5	8,20%	5	8,20%
Total	61	100,00%	61	100,00%

Tabela 1– População e Amostra da pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

O período da análise compreende o ano de 2014. Já como variáveis do estudo, têm-se as variáveis: dependente e independentes, conforme Quadros 1 e 2.

Variável dependente	Operacionalização	Fonte de coleta de dados
ISE	Variável dummy, sendo 0 para não participa do ISE, 1 para participa do ISE	Bovespa

Quadro 1– Variável dependente

Fonte: Dados da pesquisa.

O Quadro 2 apresenta as variáveis independentes do estudo.

Variável independente	Operacionalização	Fonte de coleta de dados	Autores
Tamanho (TAM)	Logaritmo natural do ativo total	Economática®	Cunha e Ribeiro (2008); Rover et al. (2008).
Liquidez Geral (LG)	Razão entre o somatório do ativo circulante e o realizável a longo prazo pelo somatório do passivo circulante e exigível a longo prazo	Economática®	Assaf Neto (2010).
Capital Circulante Líquido (CCL)	Ativo circulante menos passivo circulante	Economática®	Assaf Neto (2010); Matarazzo (2010).
Composição do Endividamento (CE)	A relação entre o passivo circulante e o exigível total	Economática®	Cunha e Ribeiro (2008); Matarazzo (2010).
Participação Capital Terceiro sobre Recursos Totais (PCT)	A relação entre o exigível total e o somatório do exigível total com o patrimônio líquido	Economática®	Lanzana (2004); Cunha e Ribeiro (2008).
Ebitda (EBIT)	Ebitda	Economática®	D’Arcimoles; Trebucq (2002); Cunha e Ribeiro (2008).
Retorno sobre o ativo (ROA)	A relação entre o resultado operacional e o ativo total	Economática®	D’Arcimoles; Trebucq (2002); Cunha e Ribeiro (2008).

Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	A relação entre o lucro líquido e o patrimônio líquido	Economática®	D’Arcimoles; Trebucq (2002); Cunha e Ribeiro (2008).
--	--	--------------	--

Quadro 2 – Variáveis de desempenho econômico-financeiro

Fonte: Dados da pesquisa.

Para alcance do objetivo foi adotada a análise descritiva dos dados, na sequência, foi aplicado o teste de Análise Discriminante, utilizando-se o software SPSS versão 22.0. “A Análise Discriminante (AD) é uma técnica multivariada utilizada quando a variável dependente é categórica, ou seja, qualitativa (não métrica) e as variáveis independentes são quantitativas (métricas)” (FÁVERO et al., 2009, p. 401). Fávero et al. (2009) descrevem que essa técnica possibilita a elaboração de previsões a respeito do grupo a que pertencerá certa observação, gerando funções discriminantes que ampliam a discriminação dos grupos descritos pelas categorias de determinada variável dependente.

Maroco (2007) destaca que a análise discriminante objetiva: a identificação das variáveis que melhor diferenciam entre grupos de indivíduos estruturalmente diferentes e mutuamente exclusivos; uso das variáveis para criar uma função discriminante (ou índice) que represente as diferenças entre os grupos; e por fim, para classificar à priori novos indivíduos nos grupos.

Corrar, Paulo e Dias Filho (2007) e Fávero et al. (2009) argumentam que antes de se fazer a segregação de amostras, como pressuposto da análise discriminante, é necessário verificar se a combinação linear das variáveis explicativas apresenta uma distribuição normal. Portanto, por meio do Teste de Kolmogorov-Smirnov que analisa se os dados da amostra foram extraídos de uma população com uma distribuição peculiar de frequências, como a distribuição normal, foi constatado que as variáveis do estudo apresentam níveis de significância superior a 0,05, dessa forma, não se pode rejeitar a hipótese nula, H_0 , que estabelece os fatos das variáveis terem distribuição normal.

Conforme mencionado acima, como a análise do teste de normalidade indicou uma distribuição normal dos dados, as variáveis independentes (métricas) utilizadas na análise discriminante compreendem: Liquidez Geral (LG), Capital Circulante Líquido (CCL), Tamanho (TAM), Composição do Endividamento (CE), Participação Capital Terceiro sobre Recursos Totais (PCT), Ebitda (EBIT), Retorno sobre o Ativo (ROA) e Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE). Já a variável dependente (categórica), ou seja, não métrica, é o ISE.

4 | RESULTADO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Análise Descritiva dos Dados

Os dados econômico-financeiros das empresas de energia e de papel e celulose brasileiras foram extraídos por meio da base de dados Economática®. A partir destes dados coletados foi realizada a análise descritiva, considerando cada variável, conforme apresentado na Tabela 2.

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
LG	61	0,00	48,90	2,53	6,36
CCL	61	-3.568.939,00	11.267.185,00	547.727,25	1.832.086,08
TAM	61	2,51	8,16	6,48	0,98
CE	61	0,00	1,00	0,37	0,23
PCT	61	-1,24	32,66	3,10	5,00
EBIT	61	-442.797,00	6.381.316,00	875.048,07	1.186.609,26
ROA	61	-0,92	0,23	0,02	0,15
ROE	61	-5,06	0,87	0,01	0,72

Tabela 2 - Estatísticas descritivas

Fonte: Dados da Pesquisa

Por meio da Tabela 2, a variável que trata do tamanho da entidade é representada pelo logaritmo natural do ativo total (TAM), possuindo uma média de representatividade de 6,48. As variáveis que representam a liquidez da empresa são: liquidez geral (LG) e capital circulante líquido (CCL). A LG demonstra um índice de 2,53, em média, já o CCL apresenta um valor médio de 547.727,25.

As variáveis que evidenciam o endividamento da amostra deste estudo são compostas pelas variáveis que demonstram o endividamento em relação ao capital próprio (PCT) e a composição do endividamento no curto prazo (CE). A variável PCT possui um índice de 3,10 em média, o que revela que as organizações de distribuição e geração de energia e de papel de celulose estão com o endividamento elevado em relação ao seu patrimônio líquido. A variável CE demonstra que em média 37% do total das dívidas da empresa, ou seja, capital de terceiros, faz parte do curto prazo, com um mínimo de 0% e um máximo de 100%.

Por fim, as variáveis que representam a rentabilidade da empresa são: ebitda (EBIT), retorno sobre o ativo (ROA) e retorno sobre o patrimônio líquido (ROE). O EBIT apresenta um valor médio de 875.048,07, já o ROA e ROE apresentam índices médios de 0,02 e 0,01, respectivamente, e, além disso, ROA e ROE possuem índices negativos em seus mínimos.

4.2 Fatores Discriminantes entre o Índice de Sustentabilidade e os Indicadores Econômico-financeiros

A Tabela 3 evidencia o teste de médias dos grupos para cada variável explicativa,

referente à liquidez geral (LG), capital circulante líquido (CCL), tamanho (TAM), composição do endividamento (CE), participação capital terceiro sobre recursos totais (PCT), ebitda (EBIT), retorno sobre o ativo (ROA) e retorno sobre o patrimônio líquido (ROE). O teste também identifica as variáveis que são as melhores discriminantes do índice de sustentabilidade empresarial (empresa que não participa do ISE, empresa que participa do ISE).

	Lambda de Wilks	Z	df1	df2	Sig.
LG	0,982	1,086	1	59	0,302
CCL	0,933	4,220	1	59	0,044
TAM	0,844	10,922	1	59	0,002
CE	0,994	0,373	1	59	0,544
PCT	0,987	0,781	1	59	0,380
EBIT	0,660	30,344	1	59	0,000
ROA	0,990	0,575	1	59	0,451
ROE	0,993	0,400	1	59	0,529

Tabela 3 - Testes de igualdade de médias de grupo

Fonte: Dados da Pesquisa

Segundo Fávero et al. (2009), o Lambda de Wilks varia de 0 a 1 e tem como propósito testar a existência de diferenças nas médias entre os grupos para cada variável. O autor destaca que valores elevados indicam ausência de diferenças entre os grupos.

Portanto, com base nos resultados, constata-se na Tabela 3 que as variáveis mais discriminantes dos grupos são o ebitda (EBIT), tamanho (TAM) e o capital circulante líquido (CCL), pois apresentam os menores valores de Lambda de Wilks. De modo contrário, retorno sobre o patrimônio líquido (ROE), composição do endividamento (CE), retorno sobre o ativo (ROA), participação capital terceiro sobre recursos totais (PCT) e liquidez geral (LG) são as variáveis que representam menor grau de discriminação. Vale destacar que os indicadores ebitda (EBIT), tamanho (TAM) e o capital circulante líquido (CCL) podem ser considerados baixos e apresentam boa diferença entre os outros.

Fávero et al. (2009) destacam que o Sig. F expressa às diferenças entre as médias e é calculado por meio da relação entre a soma dos quadrados dos erros totais dentro dos grupos e da soma dos quadrados dos erros totais. Dessa forma, considerando uma probabilidade de erro de 5% (nível de significância $\alpha = 0,05$), os resultados da Tabela 3 do presente estudo revelam que as variáveis ebitda (EBIT), tamanho (TAM) e o capital circulante líquido (CCL) se mostraram possíveis discriminantes dos grupos. O resultado do fator discriminante da variável tamanho (TAM) junto as empresas que não participam do ISE e das que participam do ISE, corrobora com os achados de Hackston e Milne (1996), Nunes et al. (2010) e Favaro e Rover (2014). Já os resultados

das variáveis ebitda (EBIT) e capital circulante líquido (CCL), corroboram com os de achados Melo et al. (2012).

A Tabela 4 evidencia a matriz de correlação para avaliação das variáveis.

		LG	CCL	TAM	CE	PCT	EBIT	ROA	ROE
Correlação	LG	1,000							
	CCL	0,004	1,000						
	TAM	-0,446	0,228	1,000					
	CE	0,412	-0,214	-0,201	1,000				
	PCT	-0,203	-0,089	0,087	-0,005	1,000			
	EBIT	-0,138	-0,170	0,388	-0,139	-0,072	1,000		
	ROA	0,232	0,007	0,181	0,431	-0,057	0,172	1,000	
	ROE	0,060	0,068	0,025	0,026	-0,720	0,208	0,265	1,000

Tabela 4 - Matrizes dentro de grupos em pool^a

Fonte: Dados da Pesquisa

A literatura destaca que a existência de correlações muito elevadas entre as duas variáveis denotam a presença de multicolinearidade (FÁVERO et al., 2009). Os resultados da Tabela 4 revelam que não há problemas de elevadas correlações entre duas variáveis, o que indica ausência de multicolinearidade. A maior correlação positiva ocorreu entre a composição de endividamento (CE) e retorno sobre o ativo (0,431), o que induz à conclusão de que maiores composição de endividamento (CE) estão relacionados a maiores retornos sobre o ativo (ROA).

Na Tabela 5 é evidenciado os autovalores da função discriminante. Os autovalores (*eigenvalues*) representam o percentual de variância explicada em termos de diferenças entre os grupos e consiste em uma medida relativa de quão diferentes os grupos são na função discriminante. Os resultados apontam que a primeira função discriminante apresenta um percentual de 100%, ou seja, contribuiu de forma significativa para demonstrar as diferenças entre os grupos.

Função	Autovalor	% de variância	% cumulativa	Correlação canônica
1	0,740 ^a	100,0	100,0	0,652

a. As primeiras 1 funções discriminantes canônicas foram usadas na análise.

Tabela 5 - Valores próprios

Fonte: Dados da Pesquisa

Ainda na Tabela 5, a última coluna apresenta a correlação canônica, que, de acordo Fávero et al. (2009), mostra à razão da variação entre os grupos e a variação total. Os resultados indicam que a função discriminante apresenta percentual elevado, corroborando para um maior poder discriminante ao relacionar com a coluna de variância.

Na sequência, a Tabela 6 apresenta o valor de Lambda de Wilks, sendo que a

função apresenta-se significativa (nível de significância $\alpha = 0,000$).

Teste de funções	Lambda de Wilks	Qui-quadrado	df	Sig.
1	0,575	30,469	8	0,000

Tabela 6 - Lambda de Wilks

Fonte: Dados da Pesquisa

Na Tabela 7 são identificados os coeficientes não padronizados da função discriminante para cada uma das variáveis explicativas.

1	Função
LG	-0,073
CCL	0,000
TAM	0,039
CE	1,134
PCT	-0,058
EBIT	0,000
ROA	-0,468
ROE	-0,466
(Constante)	-1,427

Coeficientes não padronizados

Tabela 7 - Coeficientes de função discriminante canônica

Fonte: Dados da Pesquisa

Os coeficientes para construção da função discriminante é significativa para separar as observações em grupos. Essa estatística tem relevância para apontar se a função discriminante selecionada reflete as diferenças entre os grupos.

Por meio da Tabela 7, é possível estruturar a função discriminante, como segue:

$$Z^1: -1,427 - 0,073.lg + 0,000.ccl + 0,039.tam + 1,134.ce - 0,058.pct + 0,000.ebit - 0,468.roa - 0,466.roe$$

A Tabela 8 evidencia a contribuição de cada variável para a função discriminante.

	Função
	1
EBIT	0,834
TAM	0,500
CCL	0,311
LG	-0,158
PCT	-0,134
ROA	0,115
ROE	0,096
CE	-0,092

Correlações entre grupos no conjunto entre variáveis discriminantes e funções discriminantes canônicas padronizadas. Variáveis ordenadas por tamanho absoluto de correlação na função.

Tabela 8 - Matriz de estruturas

Fonte: Dados da Pesquisa

A Tabela 9 apresenta a posição de cada um dos centróides dos grupos em um mapa territorial.

ISE	Função
Não Participa do ISE	-0,419
Participa do ISE	1,710

Funções discriminantes canônicas não padronizadas avaliadas em médias de grupo

Tabela 9 - Funções em centroides de grupo

Fonte: Dados da Pesquisa

Na Tabela 10, é apresentado os coeficientes das funções de classificação, que, de acordo com Maroco (2007), tem como propósito classificar observações, não tendo interpretação discriminante.

	ISE	
	Não Participa do ISE	Participa do ISE
LG	3,364	3,210
CCL	-1,512	-8,868
TAM	13,963	14,046
CE	11,551	13,965
PCT	0,461	0,337
EBIT	-3,318	-1,157
ROA	-32,172	-33,168
ROE	4,222	3,230
(Constante)	-48,192	-54,011

Funções discriminantes lineares de Fisher

Tabela 10 - Coeficientes de função de classificação

Fonte: Dados da Pesquisa

Assim, a partir dos resultados apresentados na Tabela 10, para o enquadramento em um dos níveis, uma nova organização a ser observada seria classificada no grupo em que o escore discriminante fosse maior, calculado da seguinte maneira:

Não Participa do ISE:

$$-48,192 + 3,364.lg - 1,512.ccl + 13,963.tam + 11,551.ce + 0,461.pct - 3,318.ebit - 32,172.roa + 4,222.roe$$

Participa do ISE:

$$-54,011 + 3,210.lg - 8,868.ccl + 14,046.tam + 13,965.ce + 0,337.pct - 1,157.ebit - 33,168.roa + 3,230.roe$$

A Tabela 11 mostra os resultados da classificação.

ISE			Associação ao grupo prevista		Total
			Não Participa do ISE	Participa do ISE	
Original	Contagem	Não Participa do ISE	47	2	49
		Participa do ISE	5	7	12
	%	Não Participa do ISE	95,9	4,1	100,0
		Participa do ISE	41,7	58,3	100,0

a. 88,5% de casos agrupados originais classificados corretamente.

Tabela 11 - Resultados da classificação^a

Fonte: Dados da Pesquisa

Com base na Tabela 11, constata-se que 88,5% das observações foram classificadas corretamente. Com a existência de dois grupos de estudo, uma função foi estimada.

Portanto, com base nos resultados apresentados, o autovalor (medida relativa de quão diferentes são os grupos em estudo) associado a essa função foi 0,740. Pelos resultados apresentados, a função discriminante apresenta 100% de contribuição para demonstrar as diferenças entre os grupos.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral consistiu em evidenciar os fatores discriminantes entre o índice de sustentabilidade empresarial e os indicadores econômico-financeiros das empresas brasileiras de energia e de papel e celulose listadas na BM&FBovespa.

Na Análise Discriminante, considerando que o Lambda de Wilks varia de 0 a 1 e tem como propósito testar a existência de diferenças nas médias entre os grupos para cada variável, foi possível observar que há diferença, ou seja, separação entre os grupos. Dentro da amostra, as variáveis que melhor representam a separação são: o ebitda (EBIT), tamanho (TAM) e o capital circulante líquido (CCL). Por outro lado, retorno sobre o patrimônio líquido (ROE), composição do endividamento (CE), retorno sobre o ativo (ROA), participação capital terceiro sobre recursos totais (PCT) e liquidez geral (LG) são as variáveis que tem menos força para discriminá-los, pois apresentam de forma próxima os maiores Lambdas de Wilks. Os resultados revelam que os indicadores ebitda (EBIT), tamanho (TAM) e o capital circulante líquido (CCL) podem ser considerados baixos e apresentam boa diferença entre os outros.

Pode-se observar a existência de uma função discriminante, o que denota a existência dos seguintes grupos: organizações que não participam do ISE e organizações que participam do ISE. As variáveis ebitda (EBIT), tamanho (TAM) e o capital circulante líquido (CCL) são as que apresentam mais destaque na função. Isso significa que contribuem com maior importância para a separação entre os grupos em

empresas que não participam do ISE e empresas que participam do ISE. O resultado do fator discriminante da variável tamanho (TAM) junto as empresas que não participam do ISE e das que participam do ISE, corrobora com os achados de Hackston e Milne (1996), Nunes et al. (2010) e Favaro e Rover (2014). Já os resultados das variáveis ebitda e capital circulante líquido (CCL), corroboram com os de achados Melo et al. (2012).

Conclui-se que os resultados da função discriminante contribuem para demonstrar as diferenças entre os grupos de empresas de energia e de papel e celulose (não participa do ISE e participa do ISE). E com base no exposto, conclui-se que o objetivo da pesquisa foi alcançado, e que a temática sustentabilidade tem sido foco de discussões frequentes no âmbito acadêmico e empresarial. Dessa forma, atitudes e práticas mais transparentes nas abordagens sociais e ambientais estão sendo exigidos pela sociedade, o que faz com que as organizações se preocupem mais com fatores sustentáveis e financeiros.

Para estudos futuros estudos, sugere-se que outras variáveis sejam consideradas para evidenciar os fatores discriminantes entre o índice de sustentabilidade empresarial e os indicadores econômico-financeiros das empresas. Sugerem-se também estudos comparativos e a inclusão de outros grupos de empresas.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Estrutura de análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARBOSA, P. R. A. **Índice de sustentabilidade empresarial da bolsa de valores de São Paulo (ISE-BOVESPA)**: exame da adequação como referência para aperfeiçoamento da gestão sustentável das empresas e para formação de carteiras de investimento orientadas por princípios de sustentabilidade corporativa. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto COPPEAD de Administração, 2007.

Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA). Índice de Sustentabilidade Empresarial. **O Valor do ISE**. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/Indices/download/O-Valor-do-ISE.pdf>>. Acesso em 30 ago. 2015.

Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA). (2012). **O que é sustentabilidade**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/novo-valor/pt-br/o-que-e.asp>. Acesso em: 20 ago. 2015.

COOPER, D.R.; SCHINDLER, P. S.. **Métodos de pesquisa em administração**. 7. ed. Porto Alegre, Bookman, 2003.

CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M.. **Análise multivariada**: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia. São Paulo: Atlas, , 2007.

CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. S.. Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo nas empresas brasileiras. **Revista de Administração**, v.1, n.1, p.1-23, 2008.

D'ARCIMOLES, C.; TREBUCQ, S. **The Corporate Performance – Financial Performance Link**: Evidence from France. Univ. of Bordeaux Dept. of Int'l Acc'tg. Working Paper no. 02-01. Mar. 2002.

Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/abstract=306599>>. Acesso em: 20 Ago. 2015.

MELO, E. C.; DE ALMEIDA, F. M.; DA SILVA SANTANA, G. A.. Índice de sustentabilidade empresarial (ISE) e desempenho financeiro das empresas do setor de papel e celulose. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 4, n. 3, p.95-112, 2012.

ELKINGTON, J. **Sustentabilidade, canibais com garfo e faca**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2012.

FASOLIN, L. B.; KAVESKI, I. D. S.; CHIARELLO, T. C.; MARASSI, R. B.; HEIN, N. Relação entre o Índice de Sustentabilidade e os Indicadores Econômico-financeiros das empresas de energia brasileiras. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 18, n. 2, p.955-981, 2014.

FAVARO, L. C.; ROVER, S.. Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE): a associação entre os indicadores econômico-financeiros e as empresas que compõem a carteira. **Contabilometria - Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting**, v. 1, n. 1, p. 39-55, 2014.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. F.; CHAN, B. L. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FISCHMANN, A. A.; ZILBER, M. A. Utilização de indicadores de desempenho como instrumento de suporte à gestão estratégica. XXIII Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD). Foz do Iguaçu, **Anais...**, 1999.

GITMAN, L.J.. **Princípios de Administração Financeira**. 12º Ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

HACKSTON, D.; MILNE, M. J. Some determinants of social and environmental disclosure in New Zealand companies. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v.9, n.1, p.77-108, 1996.

HELPERT, E. A. **Técnicas de análise financeira: um guia prático para medir o desempenho dos negócios**. 9 ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

KPMG. **International survey of corporate responsibility reporting**. 2011. Disponível em: <http://www.kpmg.com/PT/pt/IssuesAndInsights/Documents/corporate-responsibility2011.pdf>. Acessado em: 20 ago. 2015.

LANZANA, A. P. **Relação entre evidenciação e governança corporativa das empresas brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade de São Paulo - FEA/USP, São Paulo, 2004.

MARCONDES, A. W.; BACARJI, C. D.. **ISE - Sustentabilidade no Mercado de Capitais**. São Paulo: Report, 2010.

MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAROCO, J. **Análise estatística com utilização do SPSS**. 3. ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2007.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORAES, L. F. S.; PERERA, L. C. J.; DO MILANI FILHO, M. A. F.; KERR, R. B. Desenvolvimento Sustentável e Insolvência: Um Estudo de Empresas Brasileiras. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade-GeAS**, v. 3, n. 2, p. 39-57, 2014.

NUNES, J. G.; TEIXEIRA, A. J.; NOSSA, V.; GALDI, F. C. . Análise das variáveis que influenciam a adesão das empresas ao índice BM&FBOVESPA de sustentabilidade empresarial. **BASE-Revista de**

Administração e Contabilidade da Unisinos, v. 7, n. 4, p. 328-340, 2010.

PONTE, V. M. R.; OLIVEIRA, M. C. A prática da evidenciação de informações avançadas e não obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 15, n. 36, p. 7-20, 2004.

REZENDE, I. A. C.; NUNES, J. G.; PORTELA, S. S.. Um estudo sobre o desempenho financeiro do Índice BOVESPA de Sustentabilidade Empresarial. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 2, n. 1, p. 71-93, 2008.

ROVER, S.; BORBA, J. A.; MURCIA, F. D.; VICENTE, E. F. R. Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre a evidenciação das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações**, FEARP/USP, v. 2, n. 3, p. 53-72, 2008.

SILVA, J. P.. **Análise financeira das empresas**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA MACEDO, M. A; CORRAR, L. J. Análise Comparativa do Desempenho Contábil-Financeiro de Empresas com Boas Práticas de Governança Corporativa no Brasil. **Revista Contabilidade e Controladoria - RC&C**, v. 4, n. 1, p 42-61, 2012.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-85107-09-3



9 788585 107093